

Farmácia e
Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.**
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo direito de uso	
Veja Notas 18 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento decorrentes de contratos de arrendamento, que referem-se, principalmente, aos imóveis que são utilizados para sua operação.</p> <p>O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental sobre os empréstimos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.</p> <p>A mensuração do valor presente dos pagamentos do arrendamento envolve o uso de julgamentos na determinação de certas premissas significativas, tais como: o prazo do arrendamento e a taxa de juros incremental.</p> <p>Devido ao julgamento inerente ao processo de reconhecimento e mensuração passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, bem como pelo fato de variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação, com base em amostragem, dos critérios adotados pela companhia para determinar o prazo não cancelável do arrendamento. Essa avaliação incluiu as opções de prorrogação e rescisão, bem como histórico e as expectativas de renovação dos contratos. – Análise, com base em amostragem, da taxa incremental dos contratos de arrendamento, a partir da taxa média dos empréstimos vigentes pela companhia. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os valores reconhecidos de passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 19 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	117.190	323.364	127.426	325.195	Fornecedores	20	389.556	295.373	461.089	325.569
Aplicações financeiras	9	19.849	319	19.849	319	Arrendamentos a pagar	21	71.756	54.354	71.756	54.354
Contas a receber de clientes	10	135.694	164.559	191.110	199.327	Empréstimos e financiamentos	22	84.085	95.231	86.481	114.644
Estoques	11	379.740	327.359	433.312	342.078	Debêntures	23	89.526	71.602	89.526	71.602
Impostos a recuperar	12	116.649	39.646	130.258	41.867	Obrigações sociais e trabalhistas	24	82.227	58.558	83.707	59.634
Outros ativos	15	69.968	55.506	76.008	61.945	Obrigações fiscais e tributárias	25	27.409	23.242	29.607	23.594
Direitos sobre precatórios	13	-	13.229	-	13.229	Passivo a descoberto em controlada	17	-	314	-	-
		839.090	923.982	977.963	983.960	Parcelamento de tributos	26	6.183	13.072	6.183	13.072
						Outros débitos	27	14.823	18.291	19.162	18.797
								765.565	630.037	847.511	681.266
Não circulante						Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	14	18.287	861	18.287	861	Arrendamentos a pagar	21	257.676	148.815	257.676	148.815
Direitos sobre precatórios	13	37.122	56.049	37.122	56.049	Empréstimos e financiamentos	22	160.705	165.389	160.705	167.678
Impostos a recuperar	12	84.237	145.023	84.237	145.023	Debêntures	23	286.606	414.357	286.606	414.357
Aplicações financeiras	9	24.478	-	24.478	-	Parcelamento de tributos	26	11.457	18.206	11.457	18.206
Ativo fiscal diferido	33	30.518	14.770	31.302	14.864	Outros débitos	27	22.064	17.785	22.229	17.950
Depósitos judiciais	28	5.187	5.453	5.373	5.655	Obrigações fiscais e tributárias	25	-	-	-	165
Outros ativos	15	91.425	85.261	91.547	85.327	Provisão para contingências	28	4.360	6.845	4.360	6.953
Mútuo a receber	15	55.923	-	-	-			742.868	771.397	743.033	774.124
		347.177	307.417	292.346	307.779						
Investimentos	17	28.372	31.314	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	18	565.338	316.641	567.235	317.856	Capital social	29	383.625	203.625	383.625	203.625
Intangível	19	79.003	35.531	103.547	59.246	Reservas de lucros	29	6.326	9.826	6.326	9.826
		672.713	383.486	670.782	377.102	Prejuízos acumulados		(39.404)	-	(39.404)	-
								350.547	213.451	350.547	213.451
Total ativo		1.858.980	1.614.885	1.941.091	1.668.841	Total passivo e patrimônio líquido		1.858.980	1.614.885	1.941.091	1.668.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	30	2.653.749	2.324.840	3.011.579	2.549.996
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	<u>(1.733.520)</u>	<u>(1.494.366)</u>	<u>(2.058.371)</u>	<u>(1.696.207)</u>
Lucro bruto		920.229	830.474	953.208	853.789
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	31	(91.482)	(95.780)	(100.322)	(100.360)
Despesas comerciais	31	(690.072)	(552.727)	(702.694)	(564.494)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	31	(3.200)	(426)	(4.713)	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		<u>1.674</u>	<u>2.918</u>	<u>1.674</u>	<u>2.918</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência patrimonial e tributo sobre o lucro		137.149	184.459	147.153	191.853
Receitas financeiras	32	42.417	24.878	39.715	25.523
Despesas financeiras	32	<u>(231.654)</u>	<u>(188.699)</u>	<u>(241.566)</u>	<u>(198.402)</u>
Despesas financeiras, líquidas		(189.237)	(163.821)	(201.851)	(172.879)
Resultado da equivalência patrimonial	17	<u>(3.064)</u>	<u>(2.078)</u>	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(55.152)	18.560	(54.698)	18.974
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	-	-	(731)	(414)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	33	<u>15.748</u>	<u>(9.902)</u>	<u>16.025</u>	<u>(9.902)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		(39.404)	8.658	(39.404)	8.658
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):	35	(0,038465)	0,008452	(0,038465)	0,008452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(39.404)	8.658	(39.404)	8.658
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(39.404)	8.658	(39.404)	8.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		21.720	4.065	6.958	-	32.743
Lucro líquido do período		-	-	-	8.658	8.658
Constituição de reservas		-	433	-	(433)	-
Dividendos intermediários	29	-	-	(6.502)	-	(6.502)
Dividendos obrigatórios	29	-	-	-	(822)	(822)
Aumento de Capital	29	181.905	-	(2.531)	-	179.374
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	7.403	(7.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		203.625	4.498	5.327	-	213.451
Saldos em 31 de dezembro de 2023		203.625	4.498	5.328	-	213.451
Prejuízo do exercício		-	-	-	(39.404)	(39.404)
Aumento de capital	29.a	180.000	-	-	-	180.000
Dividendos intermediários	29.c	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		383.625	4.498	1.828	(39.404)	350.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		(39.404)	8.658	(39.404)	8.658
Ajustes por					
Resultado na baixas de ativos	18 19	5.684	2.057	5.509	2.102
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	31	104.236	98.973	104.613	99.528
Equivalência patrimonial	17	3.064	2.078	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	10	3.200	426	4.713	426
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	11	5.359	(2.318)	5.359	(2.318)
Reversão para contingências	28	(2.485)	(1.072)	(2.593)	(1.072)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures	22 23	7.456	5.243	7.456	5.243
Valor justo 2ª série da 1ª emissão de debêntures	20	-	(1.755)	-	(1.755)
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamentos)	21 22 23	143.334	127.011	145.513	129.323
Atualização de precatórios	13	(6.577)	(8.240)	(6.577)	(8.240)
Rendimento de aplicação financeira		(10.053)	129	(10.053)	129
Instrumentos financeiros derivativos	14	(17.426)	4.146	(17.426)	4.146
Variação cambial	32	19.478	(4.115)	19.478	(4.115)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	-	-	317	(414)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	33	(15.748)	9.902	(16.025)	9.902
		200.118	241.123	200.880	241.543
Variações em					
Contas a receber de clientes	10	25.665	(17.432)	3.505	(27.629)
Estoques	11	(57.740)	(56.894)	(96.593)	(61.965)
Impostos a recuperar	12	(16.217)	(73.216)	(27.605)	(69.592)
Outros ativos	15	(76.549)	(15.226)	(20.283)	(18.575)
Depósitos judiciais	28	266	295	282	286
Fornecedores	20	93.747	20.515	135.520	27.873
Obrigações fiscais e tributárias	25	4.167	5.876	5.117	6.432
Obrigações sociais e trabalhistas	24	23.669	(2.951)	24.073	(2.352)
Outros débitos	27	4.959	(3.035)	8.792	(2.355)
Parcelamento de tributos	26	(13.638)	6.772	(13.638)	6.772
Recebimento precatório		4.778	-	4.778	-
Pagamento de juros - arrendamento	21	(51.069)	(24.562)	(51.069)	(24.562)
Pagamento de juros - empréstimos	22	(34.597)	(35.034)	(35.708)	(36.602)
Pagamento de juros - debêntures	23	(57.753)	(66.999)	(57.753)	(66.999)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		49.806	(20.768)	80.298	(27.725)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	18	(151.894)	(48.490)	(152.776)	(49.574)
Aquisição de ativo intangível	19	(52.035)	(24.422)	(52.866)	(24.494)
Pagamento por aquisição de investimentos		(4.148)	-	(4.148)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(208.077)	(72.912)	(209.790)	(74.068)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	22	206.974	142.837	206.974	158.326
Captação de debêntures	23	80.000	250.000	80.000	250.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	22	(245.231)	(81.180)	(265.605)	(87.869)
Custos da transação (empréstimos e financiamentos)	22	(1.124)	(4.752)	(1.124)	(4.752)
Custos da transação (debêntures)	23	-	(13.507)	-	(13.507)
Pagamento de arrendamentos	21	(72.048)	(66.865)	(72.048)	(66.865)
Pagamento de debêntures	23	(192.974)	(98.140)	(192.974)	(98.140)
Aumento de capital	29	180.000	179.375	180.000	179.375
Pagamento de dividendos	29	(3.500)	(6.502)	(3.500)	(6.502)
Caixa líquido (utilizado nas) gerados pelas atividades de financiamento		(47.903)	301.265	(68.277)	310.065
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		(206.174)	207.586	(197.769)	208.273
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	323.364	115.778	325.195	116.922
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8	117.190	323.364	127.426	325.195
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		(206.174)	207.586	(197.769)	208.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas (1)	2.873.397	2.427.097	3.302.038	2.686.862
Receita de contrato com cliente	2.876.597	2.426.407	3.306.751	2.686.180
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.200)	690	(4.713)	682
Insumos adquiridos de terceiros (2)	2.051.364	1.661.314	2.421.750	1.870.790
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.844.627	1.494.366	2.205.641	1.696.207
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	206.737	166.948	216.109	174.583
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	822.033	765.783	880.288	816.072
Depreciação e amortização (4)	104.236	97.885	104.613	98.090
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	717.797	667.898	775.675	717.982
Valor adicionado recebido em transferência (6)	39.643	23.723	40.005	28.530
Resultado da equivalência patrimonial	(3.064)	(2.081)	-	-
Receitas financeiras	42.417	24.878	39.715	27.226
Outras receitas	290	926	290	1.304
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	757.440	691.621	815.680	746.512
Distribuição do valor adicionado	757.440	691.621	815.680	746.512
Pessoal	401.392	378.513	411.583	386.234
Remuneração direta	346.267	334.651	354.534	341.177
Benefícios	34.778	27.584	36.268	28.433
FGTS	20.347	16.278	20.781	16.624
Impostos, taxas e contribuições	171.098	111.457	207.819	146.488
Federais	102.065	51.591	105.425	59.308
Estaduais	64.202	59.287	97.460	86.597
Municipais	4.831	579	4.934	583
Remuneração de capital de terceiros	227.854	192.993	239.182	205.132
Juros	162.812	115.477	164.991	124.266
Aluguéis	1.677	25.856	1.807	26.211
Outras	63.365	51.660	72.384	54.655
Remuneração de capital próprios	(42.904)	8.658	(42.904)	8.658
Dividendos	3.500	-	3.500	-
Resultado do exercício	(39.404)	8.658	(39.404)	8.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”), é uma sociedade anônima de capital aberto com registro obtido em 14 de janeiro de 2021 como categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia está sediada na Rua Acre, 205 – Água Verde em Curitiba, Estado do Paraná, tendo como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía 469 lojas físicas, sendo 313 alocadas no estado do Paraná, 18 no estado de Santa Catarina, 112 no estado de São Paulo, 21 no estado de Goiás, 4 no Distrito Federal e 1 no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, o Grupo conta com três centros de distribuições, dois no município de Colombo – PR e um no Estado do Espírito Santo.

Estrutura societária

Administração da Companhia realizou uma reestruturação societária, em 2023 e 2024, que incluiu:

- (i) Aumento de capital no valor de R\$ 361.905, realizados em duas etapas: a primeira, por meio da capitalização parcial da reserva de lucros acumulados, no valor de R\$ 2.530 ocorrida em dezembro de 2023 e a segunda composta por dois aportes em espécie: o primeiro no valor de R\$ 179.375 em dezembro de 2023 e o segundo no valor de R\$ 180.000 em dezembro de 2024. Com isso, o capital social totalizou R\$ 383.625, correspondentes a 200 mil ações ordinárias;
- (ii) O controle societário foi transferido para a Kaminari S.A. em maio de 2024, que passou a deter 100% das ações ordinárias da Companhia.

Para maiores informações, vide nota explicativa 29.

Incorporações

i) Nissei Fid S.A.

Em 19 de abril de 2021, a Companhia constituiu a subsidiária integral Nissei FID S.A., com a finalidade de captação de recursos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Em 31 de dezembro de 2024, a referida subsidiária foi incorporada pela Farmácia e Drogaria Nissei S.A., devido o pagamento facultativo antecipados da 3ª Emissão de debêntures. O patrimônio líquido utilizado para fins de incorporação em 31 de dezembro de 2024, estava representado pelos seguintes ativos e passivos:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	59	Outros débitos	250
Total do ativo circulante	59	Total do passivo circulante	250
		Patrimônio líquido	
		Capital social	401
		Resultado do exercício	(592)
		Total do patrimônio líquido	(191)
Total do ativo	59	Total do passivo e patrimônio líquido	59

ii) Malaluvi Holding Ltda e Sumatra Administração e Participações Ltda

Em 31 de dezembro de 2023, a Malaluvi Holding Ltda. e Sumatra Administração e Participações Ltda. foram incorporadas pela Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

O patrimônio líquido utilizado para fins de incorporação em 31 de dezembro de 2023, estava representado pelos seguintes ativos e passivos:

Ativo	Malaluvi	Sumatra	Passivo e patrimônio líquido	Malaluvi	Sumatra
Circulante			Patrimônio líquido		
Caixa e equivalentes de caixa	2	27	Capital social	3.433	3.614
Total do ativo circulante	2	27	Reserva legal	11	42
			Lucros acumulados	(38)	(199)
			Total do patrimônio líquido	3.406	3.457
Investimentos	3.404	3.430			
Total do ativo não circulante	3.404	3.430			
Total do ativo	3.406	3.457	Total do passivo e patrimônio líquido	3.406	3.457

Endividamento

Em 14 de novembro de 2024, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM n.º 160, de 13 de julho de 2022.

A emissão é composta por 80.000 debêntures, divididas em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo assim o montante total de R\$ 80.000 (para detalhamento vide nota explicativa n.º 23).

A Companhia captou recursos em 22 de junho de 2023, por meio da 5ª emissão de debêntures privadas simples não conversíveis em ações em série única no montante de R\$ 250.000, subscritas exclusivamente pela Opea Securitizadora S.A. (para maior detalhamento vide nota explicativa n.º 23).

Os recursos líquidos captados pela Companhia serão destinados ao pagamento de determinadas dívidas, conforme descrito na escritura de emissão e uso geral de caixa, capital de giro, refinanciamento e alongamento de dívidas da Companhia.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 em 19 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 21 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Notas explicativas 28 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota explicativa 33 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 / IFRS 13, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros derivativos, contratados na modalidade swap, o qual possui proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos contratos de *swap* para proteção cambial, mensurados a valor justo – nota 14.

6. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. O poder é exercido participando das decisões sobre os negócios, políticas operacionais e financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

	Porcentagem de participação		
	Controle	31/12/2024	31/12/2023
Merco Participações S.A.	Direto	100%	100%
Nissei Fid S. A	Direto	-	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem as informações da Companhia e as informações de sua controlada Merco Participações S.A.

As informações consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O exercício social das controladas é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita de vendas é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente, através dos canais digitais ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- Quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas do Grupo. Além das lojas físicas a Companhia opera, também, via Omnichannel. Entende-se, portanto, que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de desempenho e na definição do momento de transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, cartão de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de *marketing* e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento com o Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em outras condições que não sejam em caráter promocional. Essas negociações, normalmente, ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de

venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais referente a verbas de marketing e publicidade, a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos com aplicações financeiras, variação cambial, atualização monetária de precatórios e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos, variação cambial, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), despesas bancárias e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros sobre capital próprio pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios

forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Aeronaves - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações - 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - conforme contrato de locação vigente, com prazo médio de 2 a 5 anos.
- Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente, com prazo médio de 2 a 5 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Intangível e ágio

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada dos softwares para os dois exercícios apresentados é de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente, que varia de 2 a 5 anos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo

amortizado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro

no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem

transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso até 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do

Grupo para a recuperação dos valores devidos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

m) Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos

como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

n) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado pelo principal gestor das operações como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

As receitas do Grupo são provenientes integralmente do mercado nacional e concentradas na

região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novos requerimentos atualmente vigentes

Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que serão efetivas a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou de maneira antecipada as seguintes normas.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1)

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	47.062	45.897	47.290	46.723
Aplicações financeiras	70.128	277.467	80.136	278.472
	117.190	323.364	127.426	325.195

No grupo de caixa e bancos, o montante total é composto pelos caixas físicos das lojas e contas bancárias correntes em bancos.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 correspondem a aplicações em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com liquidez imediata e são atualizadas

à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100% em ambos os períodos apresentados, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

9. Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total do grupo de aplicações financeiras era de R\$ 19.849, classificado no ativo circulante. Desse montante, R\$ 10.372 estão vinculados às operações de empréstimos, enquanto R\$ 9.477 referem-se a aplicações financeiras provenientes recursos originados pela liquidação de saldo de precatórios por parte do Estado, e cujos valores já encontram-se disponíveis à Companhia, que aguarda apenas a expedição de alvará autorizando seu levantamento definitivo. Para mais informações vide nota explicativa nº 13.

No ativo não circulante, o grupo de aplicações financeiras está representado pelo montante de R\$ 24.478 para 31 de dezembro de 2024, para maiores informações vide nota explicativa 13.

Os recursos aplicados estão atualizados à taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI 100% em ambos os períodos apresentados, e refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes da Companhia está assim representado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cartões de crédito	120.379	146.088	120.379	146.171
Convênios	16.978	12.687	16.978	12.687
Boletos e depósitos	166	3.320	57.095	38.005
Farmácia popular	1.576	2.708	1.576	2.708
Outras contas a receber	221	182	221	182
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(3.626)	(426)	(5.139)	(426)
	135.694	164.559	191.110	199.327

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	119.163	150.184	170.209	181.719
Vencidos entre 1 e 30 dias	6.808	6.928	8.305	8.340
Vencidos entre 31 e 60 dias	5.673	2.015	6.037	2.298
Vencidos entre 61 e 90 dias	840	1.098	1.184	1.181
Vencidos entre 91 e 180 dias	2.886	2.425	3.097	2.847
Vencidos acima de 180 dias	3.950	2.335	7.417	3.368
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(3.626)	(426)	(5.139)	(426)
Total	135.694	164.559	191.110	199.327

Na controladora, o saldo de contas a receber de clientes é composto por créditos oriundos de cartões de crédito e de parcerias estabelecidas com empresas e o governo. No consolidado, esse saldo se refere às vendas de mercadorias realizadas tanto para o setor privado quanto para o público. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de recebimento é de 12 dias na controladora e de 11 dias no consolidado (em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio era de 19 dias na

controladora e de 23 dias no consolidado), sendo esses prazos considerados dentro das condições normais e inerentes as operações do Grupo.

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são, substancialmente, representados por valores a receber das adquirentes de cartão de crédito, sendo as principais Cielo e Safra Pay. Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênios representam contratos específicos com empresas que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos rigorosos critérios seletivos para aceitação destas parcerias.

As contas a receber de operações com a Farmácia Popular do Brasil (programa do Governo Federal para subsidiar medicamentos a população para algumas doenças como diabetes, asma, hipertensão, entre outros), tem baixo risco de crédito considerado pela Companhia, pois não há indicativos relevantes para a não realização de todo montante envolvido e não há histórico de inadimplência do Governo Federal referente a estas operações.

No consolidado, há também títulos a receber por meio de boletos com prazos médios de vencimento em 52 dias. O Grupo considera o risco de crédito baixo por historicamente ter baixo índice de inadimplência.

Informações adicionais relacionadas à exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, estão divulgadas na nota explicativa 31.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(426)	(1.116)	(426)	(1.119)
Constituições	(3.200)	(426)	(4.713)	(426)
Baixas efetivas	-	1.116	-	1.119
	(3.626)	(426)	(5.139)	(426)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	373.707	320.973	427.279	335.649
Materiais de consumo	6.033	6.386	6.033	6.429
	379.740	327.359	433.312	342.078

Os estoques estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Centro de distribuição	82.321	72.905	134.668	87.624
Lojas da rede	303.477	255.153	304.702	255.153
(-) Provisão para perdas nos estoques (a)	(6.058)	(699)	(6.058)	(699)
	379.740	327.359	433.312	342.078

(a) A provisão para perda nos estoques em 31 de dezembro de 2024 inclui: (i) as mercadorias vencidas e danificadas, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 2.719 (R\$ 308 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) provisão de perdas de inventário na rede de lojas (roubos, perdas e baixas) no montante de R\$ 3.339 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2023). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de custo das mercadorias vendidas.

A movimentação da provisão de estoques no exercício encontra-se apresentada a seguir (controladora e consolidado):

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(699)	(3.017)
Constituições (b)	(13.751)	(8.617)
Baixas efetivas	8.392	10.935
	(6.058)	(699)

(a) As constituições de perdas consideram a expectativa da Companhia com perdas com estoques vencidos, danificados e inventários, e embasadas nos controles de estoques realizados diariamente na rede de lojas e centro de distribuição.

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	3.850	1.837	4.460	2.143
PIS – Programa de Integração Social (a)	3.613	2.420	3.945	2.607
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (a)	16.631	11.730	18.149	12.585
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	6.044	5.289	6.553	5.573
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	2.585	3.176	2.775	3.276
	32.723	24.452	35.882	26.184
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (b)	168.163	160.217	178.613	160.706
	168.163	160.217	178.613	160.706
Total dos impostos a recuperar	200.886	184.669	214.495	186.890
Ativo circulante	116.649	39.646	130.258	41.867
Ativo não circulante	84.237	145.023	84.237	145.023

(a) Na controladora, em 31 de dezembro de 2024 o saldo é composto por tributos à recuperar oriundos de créditos de PIS e COFINS, no valor R\$ 3.613 e R\$ 16.631 (R\$ 2.420 e R\$ 11.730 em 31 de dezembro de 2023) respectivamente, inerentes à exclusão do ICMS - ST da base de cálculo dos referidos tributos,

relativos ao período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024. No consolidado, os créditos são inerentes a aquisição de mercadorias.

(b) Na controladora, o saldo de R\$ 164.321 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 160.217 em 31 de dezembro de 2023), refere-se ao montante pendente de realização de créditos de ICMS-ST. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que, em repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS-ST em bases de cálculo superiores àquelas efetivamente comercializadas. Nos casos em que o Centro de Distribuição recebe mercadoria com o ICMS-ST retido anteriormente, é autorizado lançamento do crédito do imposto próprio, e o retido por substituição tributária em conta gráfica, conforme previsto no regime especial nº 6.577/2020, que atribuiu a condição de substituto tributário ao centro de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 15.365, referente a créditos oriundos da Portaria CAT 42/2018 do Estado de São Paulo, decorrentes das operações realizadas em 2023 e 2024, sendo R\$ 4.206 e R\$11.158 respectivamente.

No consolidado, o Grupo apresenta saldo de ICMS também em decorrência da isenção na venda de produtos oncológicos, amparados pelo convenio ICMS 162/94.

13. Direitos precatórios

A Companhia detém direitos sobre precatórios adquiridos por meio de Escritura Pública de Cessão com o Estado do Paraná, cujo valor, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 69.278.

Em 2024, a Administração da Companhia reavaliou os trâmites do processo e reclassificou R\$33.121 para o grupo de aplicações financeiras, sendo R\$9.477 no ativo circulante e R\$24.478 no ativo não circulante. A reclassificação para melhor apresentação baseou-se no fato das discussões de mérito já terem sido transitadas em julgado e por tais valores estarem depositados em conta vinculada à Companhia, disponíveis para levantamento e utilização, mediante alvará a ser expedido pelo poder judiciário. A parcela classificada no ativo circulante refere-se ao montante relativo a parte do desmembramento do processo judicial cujo pedido de levantamento já foi protocolado pela Companhia junto ao poder judiciário.

Desta forma, a movimentação dos saldos ocorridas no exercício de 2024 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	69.278
Atualização monetária	6.577
(-) Recebimento de precatório (a)	(4.778)
(-) Transferência para aplicação financeira - Ativo circulante	(9.477)
(-) Transferência para aplicação financeira - Ativo não circulante	(24.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.122

(a) Precatório recebido em agosto de 2024.

Abaixo demonstramos o saldo por precatório:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2023
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	35.691	54.481
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	-	8.992
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	-	4.374
Precatórios Estaduais (d)	1.431	1.431
	37.122	69.278
Ativo circulante	-	13.229
Ativo não circulante	37.122	56.049

(a) Créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016. Em 31 de dezembro de 2024 somam o montante de R\$ 35.691 (R\$ 54.481 em 31 de dezembro de 2023), a variação está representada pela transferência para aplicação financeira no ativo não circulante conforme descrito acima.

(b) Saldo transferido para o grupo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, o qual é provenientes da conciliação efetuada junto ao estado em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito, os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR.

(c) Em agosto de 2024 a Companhia recebeu um montante de R\$ 4.778 referente ao saldo do precatório nº 51.218/97 (R\$ 4.374 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431 registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo e não incidem correção monetária e juros de mora, sendo irrealizáveis, conforme escrituras públicas de cessão firmadas entre as partes.

14. Instrumentos financeiros derivativos (controladora e consolidado)

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa 31. Em 31 de dezembro 2024 a posição de instrumentos derivativos compreende:

Saldo em 31 de dezembro de 2024

		Ponta ativa	Ponta passiva	Ativo (passivo)
Valor do principal Citibank- Notional	81.000	101.859	83.572	18.287

Saldo em 31 de dezembro de 2023

		Ponta ativa	Ponta passiva	Ativo (passivo)
Valor do principal Citibank- Notional	50.000	39.665	38.804	861

Concomitantemente a contratação das operações de empréstimos na modalidade 4131 envolvendo as instituições financeiras acima supracitadas, o grupo contratou a operação Swap.

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa nº22.

15. Outros ativos e mútuo a receber

Os valores a receber de outros ativos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recebíveis por venda de participação societárias (a)	66.100	64.175	66.100	64.175
Venda de ativos para a Hatake Ltda. (b)	17.141	16.646	17.141	16.646
Antecipações acionistas (d)	-	2.881	-	2.881
Outras operações com partes relacionadas	210	270	210	270
Total outros ativos – partes relacionadas	83.451	83.972	83.451	83.972
Mútuo a receber (c)	55.923	-	-	-
Total de mútuo - partes relacionadas	55.923	-	-	-
Antecipações acionistas (d)	3.839	-	3.839	-
Acordos comerciais a receber (e)	47.110	27.212	52.447	29.952
Antecipações para fornecedores	10.553	9.941	11.190	10.515
Antecipações para colaboradores	7.414	3.036	7.441	3.128
Outros (f)	9.026	5.221	9.187	8.320
Total outros ativos – terceiros	77.942	45.410	84.104	51.915
Total de ativos	217.316	129.382	167.555	135.887

Ativo circulante	69.968	55.506	76.008	61.945
Ativo não circulante	147.348	85.261	91.547	85.327

(a) O montante de R\$ 66.100 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 64.175 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a venda das quotas da controlada Hatake Ltda.. Veja detalhes da transação, termos e condições na nota explicativa 16.

(b) O valor de R\$ 17.141 a receber refere-se a recebíveis por venda de ativos imobilizados. Informações adicionais da operação de venda constam na nota explicativa 16.

(c) Saldo representado pela operação de mútuo realizada em junho de 2024 com a parte relacionada Merco Medicamentos Especiais S.A no valor de R\$ 55.923 sendo saldo atualizado a 3% a.a. + CDI, com expectativa de recebimento até dezembro de 2026..

(d) Valores referem-se a adiantamento de lucros realizados aos sócios, há expectativa da realização destes valores nos próximos exercícios.

(e) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor, bem como, programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e ainda abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas, sendo essas transações reconhecidas como redutora do custo de mercadorias vendidas.

(f) Os saldos de R\$ 9.026 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2023), que compreendem outros ativos são referentes aos valores de IPTU a apropriar, aluguéis sublocação, bloqueios judiciais bem como, garantias de estruturação.

16. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos, quando a data de vencimento não tiver sido formalmente determinada.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Antecipações acionistas	-	2.881	-	2.881
Outras operações com partes relacionadas	210	220	210	270
Total do ativo circulante	210	3.101	210	3.151
Ativo não circulante				
Antecipações acionistas	3.839	-	3.839	-
Recebíveis por venda de participação societárias (a)	66.100	64.175	66.100	64.175
Venda de ativos para a Hatake Ltda. (b)	17.141	16.646	17.141	16.646
Merco Soluções em Saúde S.A. (c)	55.923	-	-	-
Outras operações com partes relacionadas	-	50	-	50
Total do não ativo circulante	143.003	80.871	87.080	80.871
Total de ativos	151.718	83.972	87.290	84.022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Nissei Fid S.A (d)	-	23.188	-	23.188
Fornecedores - Mercado Soluções em Saúde S.A.	8.505	-	-	-
Total do passivo circulante	8.505	23.188	-	23.188
Passivo não circulante				
Nissei Fid S.A (d)	-	55.200	-	55.200
	-	55.200	-	55.200
Total ativo partes relacionadas	143.213	83.972	87.290	83.972
Total passivo partes relacionadas	-	78.388	-	78.388

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No resultado:				
Atualização monetária venda de investimento para sócios (a)	1.925	941	1.925	941
Atualização monetária venda imobilizado para Hatake Ltda (b)	489	788	489	788
Atualização monetária operação de mútuo (c)	3.130	-	-	-
Ajuste ao valor presente – venda de investimento para sócios (a)	-	455	-	455
Despesa de juros – 3ª emissão das debêntures (d)	7.104	12.906	7.104	12.906
Despesas com aluguéis	3.235	3.160	3.235	3.160
Total do resultado	15.883	18.250	12.753	18.250

(a) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas (99,9641%) que possuía na investida Hatake Ltda. , o valor da venda das quotas na integralidade correspondeu, na data da transação, ao montante de R\$ 87.000. Em 2022 houve o recebimento parcial no montante de R\$ 11.672, em junho de 2022, e R\$ 15.000, realizados em dezembro de 2022, que deverá ser liquidado no decorrer do ano de 2026. De acordo com as condições pactuadas entre as partes, as parcelas vincendas estão sendo atualizadas monetariamente com juros de 3% ao ano.

(b) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024 refere-se à venda de imóveis no valor de R\$ 17.141, efetuada em junho de 2020, o qual deverá ser pago em moeda corrente em 2026, sujeito à multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo, além de juros moratórios de 3% ao ano.

(c) Para maiores informações, vide nota explicativa 15, item “c”.

(d) Em 14 de maio de 2021, a controladora realizou a 3ª emissão de debêntures privadas, no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada em série única, tendo como debenturista a Nissei FID S.A., sendo que essa emissão se fez necessária para que os recursos captados pela Nissei FID S.A. (vide nota explicativa 23, item (iii)) pudessem ser enviados à controladora Farmácia e Drogaria Nissei S.A.. As condições negociadas entre as partes segue a mesma orientação do contrato com os debenturistas terceiros, ou seja, o vencimento dessa operação é em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 5,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. O impacto no resultado, no montante de R\$ 7.104 no em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 12.906 em 31 de dezembro de 2023), refere-se aos juros sobre a 3ª emissão de debêntures, a qual foi quitada de forma antecipada e facultativa em maio de 2024.

Ainda, a controladora possui imóveis locados da Hatake Ltda.. As transações de aluguel são mensuradas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos períodos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Centro de Treinamentos Nissei	422	421
Loja Nissei - Champagnat Batel	96	92
Loja Nissei - Alto da XV 24 horas	466	444
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	143	137
Loja Nissei - Praia de Leste	185	176
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	179	179
Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza	846	816
Loja Nissei - Paranaguá	297	295
Outros	601	600
Total	3.235	3.160

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração destinado à presidência do conselho e diretores estatutários, totalizou em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 5.244 (R\$ 6.391 em 31 dezembro de 2023).

17. Investimentos

a) Composição dos saldos

		31/12/2024	31/12/2023
Nissei FID S.A. (a)	100%	-	(314)
Merco Participações S.A. (b)	100%		
Participação no patrimônio líquido contábil		4.801	7.742
Ágio		23.571	23.572
Passivo a descoberto		-	(314)
Investimentos		28.372	31.314

(a) Em 14 de abril de 2021, a Companhia constituiu a controlada integral Nissei FID S.A. (representada pelo montante de um mil real), a qual possui sede na Rodovia do Contorno Norte, nº 305, loja 02, Roça Grande, Colombo - PR, com o objetivo de captar recursos no mercado por meio da emissão de debêntures, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 23. Em 31 de dezembro de 2024, a FID S.A. foi incorporada pela Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

(b) Em 31 de agosto de 2022, através de fato relevante, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 100% do capital social das empresas Malaluvi Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda., cujas pessoas jurídicas participam na Merco Soluções em Saúde S.A. (subsidiária integral). O valor da aquisição corresponde ao montante de R\$ 36.886 representando 479.998 (quatrocentas e setenta e nove mil, novecentas e noventa e oito) quotas da sociedade. O pagamento pela aquisição será realizado da seguinte forma: R\$ 8.000 foram pagos em 31 de agosto de 2022; R\$ 18.000 a serem pagos: (i) R\$ 13.500 em 40 pagamentos mensais, atualizados pelo CDI a partir da data de aquisição (agosto de 2022); (ii) R\$ 4.500 refere-se a uma garantia de pagamento e compensação de valores, sendo que R\$ 3.500 podem ser liberados mediante a decisão favorável ou parcialmente favorável (caso a condenação seja inferior ao montante supracitado) de processos em que as adquiridas Malaluvi e Sumatra e a controlada indireta Merco se encontram em polo ativo ou passivo, e R\$ 1.000 liberado em moeda corrente nacional em uma parcela única no 30º dia a partir do 6º aniversário da data da compra, caso o eventual saldo líquido de todas as retenções e compensações sejam suficientes. O saldo remanescente no valor de R\$ 10.886.

Contraprestação contingente

Além da parcela a vista e das parcelas a prazo, os vendedores poderão fazer jus ao recebimento de pagamentos adicionais, em caso de atingimento de metas financeiras apuradas com base no Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) ajustado, conforme definido no Contrato de Compra e Venda (“Contrato de Aquisição”), referente aos exercícios sociais a encerrarem-se em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a serem pagos em até 15 de setembro de 2026.

Na data de aquisição a administração estimou o valor provável de desembolso e o considerou no preço da transação, em contrapartida a contraprestação contingente na rubrica “outros débitos”. O valor apurado na data da aquisição, perfaz o montante de R\$ 10.886.

a) Saldos das controladas em 31 de dezembro de 2024

O saldo de equivalência patrimonial está devidamente reconhecido na demonstração do resultado da controladora, no grupo de equivalência patrimonial.

	Nissei FID S.A.	Merco Participações S.A.	Total	Total Nissei FID S.A.	Total Merco Participações S.A.
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Ativo					
Ativo circulante	59	147.632	147.690	76.907	64.269
Ativo não circulante	-	3.962	3.963	-	1.657
Ativo total	59	151.594	151.653	76.907	65.926
Passivo					
Passivo circulante	250	90.705	90.955	22.020	56.436
Passivo não circulante	-	56.088	56.088	55.200	2.572
Patrimônio líquido	(191)	4.801	4.610	(314)	6.919
Passivo e patrimônio líquido total	-	151.594	151.653	76.906	65.927
Resultado do período	(122)	(2.942)	(3.064)	(364)	(1.714)
Participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%
Equivalência patrimonial	(122)	(2.942)	(3.064)	(364)	(1.714)

b) Movimentação do investimento

	Nissei FID S.A.	Merco Participações S.A.	Total
Passivo a descoberto em controlada em 01 janeiro de 2023	(249)	-	(249)
Saldo em investidas em 01 janeiro de 2023	-	39.510	39.510
Aumento de capital	300	-	300
Alocação do ágio - Relacionamento com clientes	-	(6.482)	(6.482)
Resultado das controladas do exercício	(364)	(1.714)	(2.078)
Passivo a descoberto em controlada em 31 de dezembro de 2023	(314)	-	(314)
Saldo em investida em 31 de dezembro de 2023	-	31.314	31.314
Resultado das controladas do exercício	(122)	(2.942)	(3.064)
Incorporação de patrimônio líquido de controlada	436	-	436
Saldo em investidas em 31 de dezembro de 2024	-	28.372	28.372

18. Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

Conciliação do valor contábil

Controladora

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóvel de terceiros	201.640	(94.652)	106.988	123.964	(76.845)	47.119
Equipamentos de informática	39.822	(31.298)	8.524	35.271	(28.449)	6.822
Instalações	48.883	(23.030)	25.853	34.071	(19.941)	14.130
Máquinas e equipamentos	15.248	(7.977)	7.271	13.325	(7.043)	6.282
Móveis e utensílios	133.171	(53.338)	79.833	98.920	(48.687)	50.233
Veículos em uso	7.210	(6.011)	1.199	6.347	(5.603)	744
Direito de uso arrendamento	664.958	(343.929)	321.029	466.798	(278.287)	188.511
Imobilizado em andamento	3.290	-	3.290	2.800	-	2.800
Aeronave	11.884	(533)	11.351	-	-	-
	1.126.106	(560.768)	565.338	781.496	(464.855)	316.641

Consolidado

Consolidado	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóvel de terceiros	201.640	(94.652)	106.988	123.964	(76.845)	47.119
Equipamentos de informática	40.593	(31.653)	8.940	35.832	(28.794)	7.038
Instalações	49.857	(23.192)	26.665	34.741	(20.033)	14.708
Máquinas e equipamentos	15.507	(8.140)	7.367	13.584	(7.187)	6.397
Móveis e utensílios	133.976	(53.570)	80.406	99.384	(48.720)	50.664
Veículos em uso	7.210	(6.011)	1.199	6.347	(5.728)	619
Direito de uso arrendamento	664.958	(343.929)	321.029	466.798	(278.287)	188.511
Imobilizado em andamento	3.290	-	3.290	2.800	-	2.800
Aeronaves	11.884	(533)	11.351	-	-	-
	1.128.915	(561.680)	567.235	783.450	(465.594)	317.856

Movimentação do ativo imobilizado
Controladora

Custo Controladora	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Aeronaves	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105.738	33.915	31.624	7.716	80.511	6.347	361.215	2.536	-	629.602
Adições	16.880	1.388	2.326	6.128	16.383	-	111.391	5.385	-	159.881
Baixas	(1.144)	(42)	(109)	(529)	(342)	-	(5.808)	(13)	-	(7.987)
Transferências	2.490	10	230	10	2.368	-	-	(5.108)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.964	35.271	34.071	13.325	98.920	6.347	466.798	2.800	-	781.496
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.964	35.271	34.071	13.325	98.920	6.347	466.798	2.800	-	781.496
Adições	78.193	5.342	15.318	3.744	35.154	863	198.406	551	12.729	350.300
Baixas	(1.070)	(411)	(394)	(991)	(1.733)	-	(246)	-	(845)	(5.690)
Transferências	553	(380)	(112)	(830)	830	-	-	(61)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	201.640	39.822	48.883	15.248	133.171	7.210	664.958	3.290	11.884	1.126.106

Consolidado

Custo Consolidado	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Aeronaves	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105.738	34.265	31.730	7.957	80.730	6.347	361.215	2.536	-	630.518
Adição	16.880	1.599	2.923	6.146	16.641	-	111.391	5.385	-	160.965
Baixa	(1.144)	(42)	(142)	(529)	(355)	-	(5.808)	(13)	-	(8.033)
Transferências	2.490	10	230	10	2.368	-	-	(5.108)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.964	35.832	34.741	13.584	99.384	6.347	466.798	2.800	-	783.450
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.964	35.832	34.741	13.584	99.384	6.347	466.798	2.800	-	783.450
Adições	78.193	5.553	15.637	3.744	35.506	863	198.406	551	12.729	351.182
Baixas	(1.070)	(412)	(409)	(991)	(1.744)	-	(246)	-	(845)	(5.717)
Transferências	553	(380)	(112)	(830)	830	-	-	(61)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	201.640	40.593	49.857	15.507	133.976	7.210	664.958	3.290	11.884	1.128.915

Movimentação da depreciação do ativo imobilizado
Controladora

Depreciação acumulada – Controladora	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Aeronaves	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(65.883)	(25.086)	(17.470)	(6.481)	(41.784)	(5.163)	(209.548)	-	-	(371.415)
Adições	(11.543)	(3.382)	(2.494)	(584)	(6.959)	(440)	(68.739)	-	-	(94.141)
Baixas	581	19	23	22	56	-	-	-	-	701
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.845)	(28.449)	(19.941)	(7.043)	(48.687)	(5.603)	(278.287)	-	-	(464.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.845)	(28.449)	(19.941)	(7.043)	(48.687)	(5.603)	(278.287)	-	-	(464.855)
Adições	(17.910)	(2.858)	(3.162)	(951)	(4.759)	(710)	(65.642)	-	(628)	(96.620)
Baixas	103	9	73	17	108	302	-	-	95	707
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(94.652)	(31.298)	(23.030)	(7.977)	(53.338)	(6.011)	(343.929)	-	(533)	(560.768)
Imobilizado líquido em 31/12/2023	47.119	6.822	14.130	6.282	50.233	744	188.511	2.800	-	316.641
Imobilizado líquido em 31/12/2024	106.988	8.524	25.853	7.271	79.833	1.199	321.029	3.290	11.351	565.338

Consolidado

Depreciação acumulada – Consolidado	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Aeronaves	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(65.883)	(25.295)	(17.522)	(6.604)	(41.784)	(5.288)	(209.548)	-	-	(371.924)
Adições	(11.543)	(3.519)	(2.534)	(605)	(6.992)	(440)	(68.739)	-	-	(94.372)
Baixas	581	20	23	22	56	-	-	-	-	702
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.845)	(28.794)	(20.033)	(7.187)	(48.720)	(5.728)	(278.287)	-	-	(465.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.845)	(28.794)	(20.033)	(7.187)	(48.720)	(5.728)	(278.287)	-	-	(465.594)
Adições	(17.910)	(3.065)	(3.316)	(951)	(4.900)	(585)	(65.642)	-	(628)	(96.997)
Baixas	103	206	157	(2)	50	302	-	-	95	911
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(94.652)	(31.653)	(23.192)	(8.140)	(53.570)	(6.011)	(343.929)	-	(533)	(561.680)
Imobilizado líquido em 31/12/2023	47.119	7.038	14.708	6.397	50.664	619	188.511	2.800	-	317.856
Imobilizado líquido em 31/12/2024	106.988	8.940	26.665	7.367	80.406	1.199	321.029	3.290	11.351	567.235

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 22.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para impairment. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portanto, a necessidade de constituição de provisão.

19. Intangível

Abaixo demonstrativo das posições de ativo intangível e suas movimentações para a controladora e consolidado:

Conciliação do valor contábil

Controladora

Custo Controladora	Software	Fundo de comércio	Relacionamento com cliente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.333	2.723	-	10.056
Adições	4.008	20.414	6.464	30.886
Baixas	(200)	(379)	-	(579)
Amortizações	(3.107)	(1.458)	(267)	(4.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.034	21.300	6.197	35.531
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.034	21.300	6.197	35.531
Adições	8.193	43.842	-	52.035
Baixas	-	(947)	-	(947)
Amortizações	(1.970)	(3.832)	(1.814)	(7.616)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.257	60.363	4.383	79.003

Consolidado

Custo Consolidada	Software	Fundo de comércio	Relacionamento com Cliente	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.713	2.723	-	30.051	40.487
Adições	4.080	20.414	6.464	-	30.958
Baixas	(200)	(379)	-	-	(579)
Amortizações	(3.431)	(1.458)	(267)	-	(5.156)
Transferências	-	-	-	(6.464)	(6.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.162	21.300	6.197	23.587	59.246
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.162	21.300	6.197	23.587	59.246
Adições	9.024	43.842	-	-	52.866
Baixas	(2)	(947)	-	-	(949)
Amortizações	(1.970)	(3.832)	(1.814)	-	(7.616)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.214	60.363	4.383	23.587	103.547

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios

econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para impairment.

Em agosto de 2024 a Companhia adquiriu 28 pontos comerciais mediante processo de competitivo de alienação da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) detidos pela Santa Marta Distribuidora de Drogas Ltda. – Em Recuperação Judicial no âmbito do processo de recuperação judicial n.º 5154206- 22.2023.8.09.0011, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Aparecida de Goiânia, no valor de R\$ 28.029, cujo saldo será quitado em 36 parcelas.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliado ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Relacionamento com cliente

O relacionamento com clientes representa o ativo intangível adquirido que reflete o valor futuro esperado com potencial para gerar fluxos de caixa contínuos para a Companhia. Seu valor é derivado da expectativa de continuidade e crescimento nas vendas para a base de clientes das controladas adquiridas em setembro de 2022. O montante relacionado a esse ativo tem uma vida útil estimada de 75 meses.

Ágio na aquisição de controlada

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), adquirido na combinação de negócios com as controladas Malaluvi Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda., atualmente incorporadas, foi reconhecido pela Companhia no valor de R\$ 23.587. Para mais detalhes, consultar a Nota Explicativa 17.

Teste de impairment do ágio

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado exclusivamente para uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC). A determinação do valor recuperável dessa UGC foi baseada no valor justo, deduzido dos custos de venda, e estimado por meio de fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3, conforme os inputs utilizados na técnica de avaliação.

Os valores atribuídos a essas premissas refletem a avaliação das tendências futuras feitas pela Administração, com base em dados históricos provenientes de fontes internas e externas.

A taxa de desconto aplicada é uma taxa antes dos impostos, calculada a partir de títulos públicos de 10 anos emitidos pelo Governo, em um mercado relevante e na mesma moeda dos fluxos de caixa projetados. Essa taxa foi ajustada por um prêmio de risco, que leva em consideração os

riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específico da UGC, sendo estimada em 13,6% (em 2023 era de 15,6%).

As projeções de fluxo de caixa foram feitas para um período de cinco anos, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base no menor valor entre o Produto Interno Bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do EBITDA foi de 4,32% sobre a receita bruta estimada (em 2023 era de 3,24% sobre a receita bruta estimada).

As principais premissas para o cálculo do EBITDA para os próximos cinco anos são as seguintes:

- Crescimento médio de 34,14% na receita (para os 5 anos projetados);
- Custo sobre o produto vendido de 83% sobre o faturamento projetado;
- Despesas administrativas médias de 3,68% sobre o faturamento projetado.

Com base nessas premissas, apurou-se um valor recuperável da UGC superior ao valor contábil.

20. Fornecedores

O grupo de fornecedores da Companhia está assim representado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias	339.732	265.485	411.264	295.681
Fornecedores de bens e serviços	49.824	29.888	49.825	29.888
	389.556	295.373	461.089	325.569

21. Arrendamentos a pagar (controladora e consolidado)

O Grupo arrenda diversos imóveis para os seus espaços de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 2 a 5 anos (lojas), exceto para o centro de distribuição, onde o contrato é de 10 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

O direito de uso e obrigações com arrendamentos consideram as seguintes premissas:

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.
- Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito a renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.
- Aluguéis comerciais: Em virtude dessa modalidade de contrato possuir diversos prazos, a Companhia adota as seguintes premissas:

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo médio de 2 a 5 anos, conforme contrato.
- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.
- A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou entre 0,55% a 1,34% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.
- Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo ao final do prazo, foram utilizadas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavalia periodicamente a vida útil dos direitos de uso, incluindo sempre que a operação no referido imóvel apresenta alterações de planos comerciais estratégicos ou verifica-se a intenção dos locadores na descontinuidade do contrato.
- Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que acompanha periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	164.447
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	111.391
Pagamentos efetivados - principal	(66.865)
Pagamentos efetivados – juros	(24.562)
Juros reconhecidos no resultado	24.566
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(5.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	203.169
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	198.406
Pagamentos efetivados - principal	(72.048)
Pagamentos efetivados – juros	(51.069)
Juros reconhecidos no resultado	51.220
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	329.432
Passivo circulante	71.756
Passivo não circulante	257.676

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n/º1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam então chegar à informação, os quais são:

- Taxa de desconto nominal aplicada entre – 0,55% a.m. a 1,34% a.m.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo).

Período	31/12/2024	31/12/2023
Menos de 1 ano	67.657	54.354
Entre 1 e 2 anos	74.132	49.131
Entre 2 e 5 anos	147.928	96.834
Mais de 5 anos	39.715	2.850
Total	329.432	203.169

A movimentação do direito de uso de arrendamento, classificado dentro da conta de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	151.667
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	111.391
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(5.808)
Depreciação no exercício	(68.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	188.511
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	198.406
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(246)
Depreciação no exercício	(65.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	321.029

22. Empréstimos e financiamentos

O grupo de empréstimos e financiamentos da Companhia está assim representado:

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Moeda estrangeira					
Banco Citibank (a)	Pré fixada + pós fixada (CDI)	101.784	39.651	101.784	39.651
Total em moeda estrangeira		101.784	39.651	101.784	39.651
Capital de giro – moeda local					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	40.133	63.678	40.133	63.678
Banco CCB	Pré fixada + pós fixada (CDI)	6.948	11.848	6.948	11.848
Banco Itaú (b)	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	-	2.396	21.702
Banco do Brasil (c)	Pré fixada + pós fixada (CDI)	77.777	77.976	77.777	77.976
Banco BRDE	Pré fixada + pós fixada (Selic)	15.467	16.972	15.467	16.972
Banco BBM	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	1.002	-	1.002
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	-	2.396	-	2.396
Total capital de giro		140.325	173.872	142.721	195.574
Arrendamentos (Leasing)					
Banco Daycoval	Pré fixada	1.990	3.058	1.990	3.058
HP Financial	Pré fixada	-	146	-	146
Total arrendamentos		1.990	3.204	1.990	3.204
CDC					
Banco Safra	Pré fixada	-	632	-	632
Banco Bradesco	Pré fixada	691	-	691	-

Total CDC	691	632	691	632
Reverse Finance Operation (Risco Sacado)				
Banco Bradesco (d)	-	29.090	-	29.090
Banco do Brasil (d)	-	14.171	-	14.171
Total Reverse Finance Operation (Risco Sacado)	-	43.261	-	43.261
Total de empréstimos e financiamentos	244.790	260.620	247.186	282.322
Circulante	84.085	95.231	86.481	114.644
Não circulante	160.705	165.389	160.705	167.678

(a) Operação financeira junto ao Banco Citibank teve início em abril de 2024, com vencimento em março de 2029. A operação é em moeda estrangeira na qual há cobertura de derivativos, com variação cambial (swap), provisionada para o período no montante ativo de R\$ 18.287 (vide nota explicativa 14).

(b) Em 12 de julho de 2022, a controlada direta Merco realizou um empréstimo no montante de R\$ 12.000 junto ao Banco Itaú, parcelado em 45 vezes, tendo o vencimento em 9 de julho de 2026, a uma taxa de 3,20% mais 100% da CETIP. O primeiro pagamento ocorreu em 9 de novembro de 2022, saldo atual de R\$ 2.396.

(c) Em 29 de junho de 2023, a Controladora realizou captação de empréstimos para capital de giro no valor de R\$ 80.241, com vencimento em 15 de junho de 2028, remuneradas a uma taxa de 2,62% a.a., mais 100% da CETIP.

(d) Em 2023 a Companhia realizou operações na modalidade “*reverse finance operation*”, que permite estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações com os fornecedores, e devido a ocorrência das alterações das condições previamente pactuadas com o fornecedor está classificada como empréstimos e financiamentos. O valor original é R\$ 40.712, os quais foram quitados durante o último trimestre de 2024. A operação incorreu em encargos financeiros no montante de R\$1.125.

Covenants financeiros

Os *covenants* financeiros realacionados à operação vinculada ao Banco Citibank, são iguais aos *covenants* financeiros previstos nas debêntures da Companhia, vide nota explicativa 23.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

O contrato firmado em moeda estrangeira junto ao Banco Citibank, possui cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas do Grupo.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 31 de dezembro de 2024 com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias de juros são:

- **Pré-fixado** – Juros médios de 0,98 % a.m.
- **Pós fixados** – Juros médios de CDI + 0,31% a.m. ou juros médios de Selic + 0,30% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bense direitos:

- Aval dos acionistas;
- Fluxo de carteira de cartão de crédito; e
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9)

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	205.977	218.135
Captações	142.837	158.326
Juros e atualizações	35.199	37.511
Varição Cambial	(4.115)	(4.115)
(-) Pagamento do principal	(81.180)	(87.869)
(-) Pagamento de juros	(35.034)	(36.602)
(-) Novos custos de transação	(4.752)	(4.752)
Amortização de custo da transação	1.688	1.688
Saldo em 31 de dezembro de 2023	260.620	282.322
Captações	206.974	206.974
Juros e atualizações	36.499	38.678
Varição Cambial	19.478	19.478
(-) Pagamento do principal	(245.231)	(265.605)
(-) Pagamento de juros	(34.597)	(35.708)
(-) Novos custos de transação	(1.124)	(1.124)
Amortização de custo da transação	2.171	2.171
Saldo em 31 de dezembro de 2024	244.790	247.186

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas negociações de empréstimos, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos da controladora e consolidado:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.203
Novos custos da transação	2.832
(-) Amortização de custo da transação	(1.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.717
Novos custos da transação	1.124
(-) Amortização de custo da transação	(2.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.670

Cronograma de pagamento em 31 de dezembro de 2024:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	84.085	86.481
2026	65.966	65.966
2027	49.333	49.333
2028	35.224	35.224
2029	8.836	8.836
A partir de 2030	1.346	1.346
	244.790	247.186

23. Debêntures (controladora e consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Primeira série (custo amortizado) – 1ª Emissão Nissei FID S.A. (i)	-	77.167
Primeira série (custo amortizado) – 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii)	-	9.063
Segunda série (custo amortizado) – 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii)	-	77.167
Primeira série (custo amortizado) – 4ª Emissão Farmácia Nissei (iii)	27.864	45.431
Segunda série (custo amortizado) – 4ª Emissão Farmácia Nissei (iii)	27.076	42.516
Primeira série (custo amortizado) – 5ª Emissão Farmácia Nissei (iv)	250.741	250.574
Primeira série (custo amortizado) – 6ª Emissão Farmácia Nissei (v)	81.125	-
(-) Custo das operações	<u>(10.674)</u>	<u>(15.959)</u>
	<u>376.132</u>	<u>485.959</u>
Passivo circulante	89.526	71.602
Passivo não circulante	286.606	414.357

(i) Em 19 de abril de 2021, a Nissei FID S.A. emitiu 1ª emissão de debêntures (3ª emissão Drogarias e Farmácia Nissei S.A.) no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada em série única, a qual terá vencimento em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 5,00% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. As debêntures foram quitadas de forma antecipada e facultativa em maio de 2024.

(ii) Em 26 de maio de 2021, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma pública em conformidade aos termos da Instrução da CVM nº 476 dividida em duas séries:

(a) 1ª Série no valor de R\$ 40.000, com vencimento em 26 de maio de 2024, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 4,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 9 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de maio de 2022. As debêntures foram quitadas de forma antecipada e facultativa em maio de 2024.

(b) 2ª Série no valor de R\$ 80.000, com vencimento em 26 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescidas spread (sobre taxa) de 5,50% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. As debêntures foram quitadas de forma antecipada e facultativa em maio de 2024.

(iii) Em 13 de julho de 2022, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, de forma privada, divididas em duas séries:

(a) 1ª série no valor de R\$ 70.000, com vencimento em 13 de julho de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,80% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos mensalmente. A amortização ocorrerá em 48 parcelas mensais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 15 de agosto de 2022.

(b) 2ª série no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 13 de julho de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido spread (sobretaxa) de 2,80% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 13 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 15 de julho de 2022.

(iv) Em 23 de junho de 2023, a Companhia integralizou 250 mil quotas certificados de recebíveis imobiliários, da 120ª emissão, em série única, da Opea Securitizadora S.A, os quais são lastreados em créditos imobiliários decorrentes da 5ª (quinta) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Companhia. Foram emitidas 250.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo, na, o valor de R\$

250.000 (“Debêntures”), nos termos e condições previstos no “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória. Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, na Companhia a Operação possui vencimento em 20 de junho de 2028, com incidência de juros remuneratórios de correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido spread (sobretaxa) de 3,5% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 22 de setembro de 2023.

(v) Em 25 de novembro de 2024, emitiu 6ª emissão de no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, a qual terá vencimento em 25 de novembro de 2029, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 3,00% ao ano, base de 252 dias úteis.

Covenants financeiros

Acompanhamento semestral

Indicador de liquidez por meio da fórmula: Razão entre Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual aos indicadores listados abaixo:

Dívida líquida ajustada (correspondente ao resultado de Empréstimos e Financiamentos, deduzido de Caixa e Aplicações Financeiras, dividida pelo EBITDA ajustado (EBITDA para fins de Covenants significa, para os últimos 12 (doze) meses, o Lucro líquido, (i) acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido, despesas e receitas financeiras líquidas, depreciação e amortização, outras receitas (despesas) operacionais líquidas e Despesas Administrativas e Comerciais Seleccionadas, e (ii) deduzido das Despesas de Arrendamento) conforme descrito nas escrituras de emissão de debêntures, devendo atingir no mínimo os seguintes indicadores por ano:

4ª, 5ª e 6ª Emissão de Debêntures

<u>Ano</u>	<u>Indicador</u>
A partir de 31/12/2023 (inclusive) até 31/12/2024 (exclusive)	3,25 x
A partir de 31/12/2024 (inclusive) até 31/12/2025 (exclusive)	3,00 x
A partir de 31/12/2025 (inclusive) até o vencimento	2,75 x

Acompanhamento anual – 4ª e 5ª Emissão de Debêntures

- Razão entre ativo circulante e o passivo circulante consolidado maior ou igual a 1,10. Valores nominais mínimos de patrimônio líquido consolidado maior ou igual a R\$ 27.000, valor deve ser corrigido anualmente pelo IPCA.

a. Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures Custo Amortizado	Debêntures Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	296.954	48.606	345.560
(+) Atualização 1ª Emissão de debêntures	-	(1.755)	(1.755)
(-) Pagamento da 1ª Emissão de debêntures	-	(46.851)	(46.851)
(+) Atualização 2ª Emissão de debêntures	17.316	-	17.316
(-) Pagamento de juros 2ª Emissão de debêntures	(17.730)	-	(17.730)
(-) Pagamento de principal 2ª Emissão de debêntures	(22.496)	-	(22.496)
(+) Atualização 3ª Emissão de debêntures	14.220	-	14.220
(-) Pagamento de juros 3ª Emissão de debêntures	(14.256)	-	(14.256)
(-) Pagamento de principal 3ª Emissão de debêntures	(3.600)	-	(3.600)
(+) Atualização 4ª Emissão de debêntures	15.463	-	15.463
(-) Pagamento de juros 4ª Emissão de debêntures	(15.680)	-	(15.680)
(-) Pagamento de principal 4ª Emissão de debêntures	(25.192)	-	(25.192)
(+) Captação de recursos - 5ª Emissão de debêntures	250.000	-	250.000
(+) Atualização 5ª Emissão de debêntures	20.247	-	20.247
(-) Pagamento de juros 5ª Emissão de debêntures	(19.333)	-	(19.333)
(-) Novos custos da operação 5ª Emissão	(13.507)	-	(13.507)
(+) Apropriação custo da transação	3.555	-	3.555
(=) Total das movimentações	189.005	(48.606)	140.399
Saldo em 31 de dezembro de 2023	485.959	-	485.959
(+) Atualização 2ª Emissão de debêntures	5.305	-	5.305
(-) Pagamento de juros 2ª Emissão de debêntures	(7.045)	-	(7.045)
(-) Pagamento de principal 2ª Emissão de debêntures	(84.489)	-	(84.489)
(+) Atualização 3ª Emissão de debêntures	4.974	-	4.974
(-) Pagamento de juros 3ª Emissão de debêntures	(6.541)	-	(6.541)
(-) Pagamento de principal 3ª Emissão de debêntures	(75.600)	-	(75.600)
(+) Atualização 4ª Emissão de debêntures	9.184	-	9.184
(-) Pagamento de juros 4ª Emissão de debêntures	(9.307)	-	(9.307)
(-) Pagamento de principal 4ª Emissão de debêntures	(32.885)	-	(32.885)
(+) Atualização 5ª Emissão de debêntures	35.025	-	35.025
(-) Pagamento de juros 5ª Emissão de debêntures	(34.860)	-	(34.860)
(+) Captação de recursos - 6ª Emissão de debêntures	80.000	-	80.000
(+) Atualização 6ª Emissão de debêntures	1.127	-	1.127
(-) Pagamento de juros 6ª Emissão de debêntures	-	-	-
(-) Novos custos da operação 6ª Emissão	-	-	-
(+) Apropriação custo da transação	5.285	-	5.285
(=) Total das movimentações	(109.827)	-	(109.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	376.132	-	376.132

No que se refere os gastos com a estruturação das emissões de debêntures e serviços especializados foram reduzidos do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do debenturistas, conforme movimentação abaixo:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	6.007
Novos custos	13.507
(-) Amortização de custo da transação	(2.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.670
Saldo em 01 de janeiro de 2024	15.959
Novos custos	-
(-) Amortização de custo da transação	(5.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.674

Cronograma de amortização debêntures:

Controladora	
2025	90.575
2026	112.468
2027	132.115
2028	40.974
Total	376.132

24. Obrigações sociais e trabalhistas

A obrigações sociais e trabalhistas do Grupo, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	23.356	14.223	23.598	14.437
FGTS a recolher	2.912	2.142	3.019	2.186
INSS a recolher	9.906	6.836	10.228	6.973
Provisão de férias e encargos	33.476	27.012	34.077	27.531
Prêmios de produtividade e campanhas	11.461	7.479	11.669	7.641
Outras obrigações trabalhistas	1.116	866	1.116	866
	82.227	58.558	83.707	59.634

25. Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS a recolher	651	-	636	47
IRPJ e CSLL a recolher	-	795	-	795
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias	5.634	2.031	7.933	2.524
ICMS ST - Substituição tributária a recolher	15.199	16.306	15.199	16.306
Outros impostos e taxas	5.925	4.110	5.839	4.087
	27.409	23.242	29.607	23.759
Passivo circulante	27.409	23.242	29.607	23.594
Passivo não circulante	-	-	-	165

26. Parcelamentos de tributos (controladora e consolidado)

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras compreendem parcelamentos de tributos realizados pela controladora, os saldos estão assim compostos:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Programa de regularização tributária - PRT	8.001	10.340
Programa especial de regularização tributária - PERT	8.077	8.928
Parcelamento Receita Estadual Paraná	1.562	12.010
	17.640	31.278
Passivo circulante	6.183	13.072
Passivo não circulante	11.457	18.206

(a) Em setembro de 2024 a Companhia aderiu ao Regime Especial de Acordo Direto com Precatórios, permitindo a utilização dos créditos precatórios, podendo alocar 95% do valor total parcelado para a última parcela e os outros 5% seguindo com parcelamento normal do saldo, posteriormente, realizou o pagamento do montante 11.720 durante o exercício de 2024.

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua continuação nos programas de parcelamentos.

27. Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos de outros débitos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	8.288	11.713	12.646	11.713
Parcelamento aquisição investidas (a)	16.734	20.882	16.734	20.882
Aquisição UPI Santa Marta (b)	11.154	-	11.154	-
Outros valores a pagar	711	3.481	857	4.152
	36.887	36.076	41.391	36.747
Passivo circulante	14.823	18.291	19.162	18.797
Passivo não circulante	22.064	17.785	22.229	17.950

- (a) Representado substancialmente pelo valor a pagar pela aquisição das empresas Sumatra Administração e Participação Ltda. e Malaluvi Holding S.A. (vide nota explicativa 17).
- (b) Em agosto de 2024, a Companhia adquiriu 28 pontos comerciais por meio de processo competitivo de alienação da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) da Santa Marta Distribuidora de Drogas Ltda. – em Recuperação Judicial, no âmbito do processo nº 5154206-22.2023.8.09.0011, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Aparecida de Goiânia. O valor total da aquisição foi de R\$ 28.029, sendo R\$ 15.050 pagos à vista e o saldo restante será quitado em 36 parcelas.

28. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Administração, com suporte das informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, as ações trabalhistas, provisionou os montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Demandas prováveis				
Trabalhistas e previdenciárias	2.360	4.952	2.360	5.060
Cíveis e administrativas	2.000	1.893	2.000	1.893
Total	4.360	6.845	4.360	6.953
Depósitos judiciais				
Trabalhistas e previdenciárias	4.984	5.147	5.170	5.349
Cíveis e administrativas	203	306	203	306
Total	5.187	5.453	5.373	5.655

A movimentação da provisão para contingências no exercício encontra-se apresentada a seguir (controladora e consolidado):

Controladora	Saldo 31/12/2023	Novas Provisões	Reversão Provisões	Saldo 31/12/2024
Administrativo	1.270	308	-	1.578
Cível	205	217	-	422
Tributários	1.000	-	(1.000)	-
Trabalhista	4.370	-	(2.010)	2.360
Total	6.845	525	(3.010)	4.360

Consolidado	Saldo 31/12/2023	Novas Provisões	Reversão Provisões	Saldo 31/12/2024
Administrativo	1.270	308	-	1.578
Cível	313	217	(108)	422
Tributários	1.000	-	(1.000)	-
Trabalhista	4.370	-	(2.010)	2.360
Total	6.953	525	(3.118)	4.360

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pela Companhia com o suporte dos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de dezembro de 2024 no montante estimado de R\$ 30.290 (R\$ 25.852 em 31 de dezembro de 2023), para controladora e no consolidado R\$ 36.091 (R\$ 28.809 em 31 de dezembro de 2023), os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS's não requerem sua contabilização.

29. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia está representado pelo montante de R\$ 383.625 representadas por 200.000 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, (em 31 de dezembro de 2023 o capital social montava R\$ 203.625 representadas por 152.043 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia teve alteração do capital social da Companhia, ocorreu mediante:

(i) Transferências de ações e aporte de capital

Em maio de 2024 a Kaminari S.A. realizou um aporte em moeda corrente na Companhia no valor de R\$180.000, equivalente à 3.745.790 (três bilhões setecentos e quarenta e cinco milhões

setecentos e noventa mil) ações ordinárias de emissão da Companhia e em decorrência da reorganização da estrutura de controle, a Kaminari S.A. passou a deter 100% das ações de emissão da Companhia, na qual em 05 de julho de 2024 foi realizado um grupamento de ações totalizando 200.000 (duzentos mil) ações ordinárias.

31 de dezembro de 2024

Acionista	Ações ordinárias (mil)	Valor	%
Kaminari S.A	200.000	383.625	100%
Total	200.000	383.625	100%

31 de dezembro de 2023

Acionista	Ações ordinárias (mil)	Valor	%
Sérgio Maeoka	76.036.471	101.833	50,01%
Kaminari S.A	76.006.063	101.792	49,99%
Total	152.042.534	383.625	100%

A reorganização societária não objetivou alterar a composição do controle acionário ou a estrutura administrativa da Companhia, de modo que a sua composição acionária de controle indireta permaneceu inalterada.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados, cujo montante está representado por R\$ 4.498 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.498 em 31 de dezembro de 2023).

c) Destinação do lucro

Após absorção de prejuízos acumulados, há a retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%. O Estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos. Foram distribuídos dividendos no total de R\$ 3.500. Foram pagos R\$ 3.000 em abril, e R\$ 250 em maio e R\$ 250 em junho de 2024.

30. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta				
Venda de mercadorias	2.744.956	2.405.959	3.152.495	2.672.193
Verbas de marketing e publicidade (a)	33.179	31.534	33.179	31.534
Prestação de serviços	2.000	2.474	2.000	2.608
	2.780.135	2.439.967	3.187.674	2.706.335
Deduções sobre vendas/serviços				
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(111.740)	(101.567)	(147.903)	(136.184)
Devoluções e abatimentos	(14.646)	(13.560)	(28.192)	(20.155)
	(126.386)	(115.127)	(176.095)	(156.339)
Receita líquida de vendas	2.653.749	2.324.840	3.011.579	2.549.996

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: i) medicamentos (marca,

genérico, similar e MIP (medicamentos isentos de prescrição) ii) higiene e beleza, iii) manipulação, iv) conveniência e v) medicamentos especiais. Adicionalmente, o Grupo gera receitas com prestação de serviços e vendas de marketing e publicidade.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Medicamentos	1.582.119	1.336.634	1.582.119	1.336.634
Marca	811.611	765.587	811.611	765.587
Genéricos	331.251	260.228	331.251	260.228
Similares	186.495	109.539	186.495	109.539
MIP (Medicamentos Isentos de Prescrição)	252.762	201.280	252.762	201.280
Higiene e beleza	895.691	864.627	895.691	864.627
Manipulação	31.564	9.434	31.564	9.434
Conveniência	235.582	195.264	235.582	195.264
Medicamentos especiais	-	-	407.539	266.234
	2.744.956	2.405.959	3.152.495	2.672.193
Outras vendas				
Verbas de marketing e publicidade (a)	33.179	31.534	33.179	31.534
Prestação de serviços	2.000	2.474	2.000	2.608
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(111.740)	(101.567)	(147.903)	(136.184)
Devoluções e abatimentos	(14.646)	(13.560)	(28.192)	(20.155)
	(91.207)	(81.119)	(140.916)	(122.197)
Receita líquida de vendas	2.653.749	2.324.840	3.011.579	2.549.996

(a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de *marketing* e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.

(b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

31. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias vendidas	1.733.520	1.494.366	2.058.371	1.696.221
Despesas de pessoal	473.301	383.485	483.492	390.857
Depreciação e amortização	104.236	97.885	104.613	98.090
Propaganda e publicidade	14.679	14.133	14.689	14.141
Taxas de administração de operadoras de cartões	29.419	26.225	29.419	26.225
Fretes e carretos	18.438	13.543	18.524	16.097
Serviços de terceiros	58.805	44.703	65.900	46.548
Despesas com manutenção	21.736	17.128	22.049	17.883
Outros – Geral	64.140	51.831	69.043	54.999
	2.518.274	2.143.299	2.866.100	2.361.061
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.733.520	1.494.366	2.058.371	1.696.207
Despesas administrativas	91.482	95.780	100.322	100.360
Despesas comerciais	690.072	552.727	702.694	564.494
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.200	426	4.713	-
	2.518.274	2.143.299	2.866.100	2.361.061

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras				
Variação cambial	-	4.115	-	4.115
Rendimentos com aplicações financeiras	9.711	7.208	9.711	7.208
Atualização monetária	9.125	9.678	9.125	9.678
Valor justo 2º série - 1º emissão	-	1.755	-	1.755
Outras receitas financeiras	5.294	2.122	2.592	2.767
Operações com derivativos	18.287	-	18.287	-
	42.417	24.878	39.715	25.523
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos (a)	(36.499)	(35.613)	(38.678)	(37.373)
Juros passivos	(2.811)	(1.773)	(2.985)	(2.382)
Ajuste a valor presente (d)	(47.974)	(49.011)	(53.723)	(54.393)
Despesas bancária	(1.654)	(1.780)	(1.879)	(1.999)
Outras despesas financeiras	(16.553)	(1.946)	(18.138)	(3.620)
Operações com derivativos	-	(4.146)	-	(4.146)
Juros sobre debêntures (b)	(55.616)	(69.873)	(55.616)	(69.932)
Juros de arrendamentos (c)	(51.069)	(24.557)	(51.069)	(24.557)
Variação Cambial	(19.478)	-	(19.478)	-
Total de despesas	(231.654)	(188.699)	(241.566)	(198.402)
Despesas financeiras, líquidas	(189.237)	(163.821)	(201.851)	(172.879)

- (a) Para maior detalhamento sobre os juros de empréstimos vide nota explicativa 22.
- (b) Refere-se à atualização do valor presente dos saldos com vencimento junto à fornecedores.
- (c) Para maior detalhamento sobre os juros de debêntures vide nota explicativa 23.
- (d) Os juros de arrendamentos são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 21.

33. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) Lucro antes de IRPJ e CSLL	(55.152)	18.560	(54.698)	18.974
Imposto utilizado a alíquota normal vigente - 34%	18.752	(6.310)	18.597	(6.451)
(+) Adições / (-) Exclusões	(3.003)	(3.592)	(3.458)	(3.865)
Multas, brindes e doações	(252)	(387)	(252)	(402)
Resultado equivalência patrimonial	(1.042)	(707)	-	-
Outras (multa, brindes)	(1.709)	(2.498)	(3.051)	(3.463)
Total	15.748	(9.902)	15.294	(10.316)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(731)	(414)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15.748	(9.902)	16.025	(9.902)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	15.748	(9.902)	15.294	(10.316)
Alíquota efetiva	(29%)	(37%)	(28%)	(37%)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem (controladora e consolidado):

	Controladora				Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado		Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de perdas estimadas nos estoques	2.060	238	1.822	(788)	2.060	238	1.822	(788)
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	5.306	2.872	2.434	(2.501)	5.381	2.872	2.509	(2.501)
Provisões financeiras (debêntures - serie 2)	-	-	-	(16.560)	-	-	-	(16.560)
Provisões para contingências	1.482	2.327	845	586	1.538	2.365	(827)	586
Provisões de fornecedores	757	-	757	-	757	-	757	-
Resultado financeiro (Swap e variação cambial)	(6.218)	(293)	(5.925)	1.409	(6.218)	(293)	(5.925)	1.409
Prejuízo fiscal	27.131	9.626	17.505	7.964	27.784	9.682	17.689	7.964
Total	30.518	14.770	15.748	(9.890)	31.302	14.864	16.025	(9.890)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos consolidados corresponde ao montante de R\$ 31.302 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 14.864 em 31 de dezembro de 2023), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente e o prejuízo fiscal, para os quais não há prazos para prescrições, e de acordo com as estimativas para os próximos exercícios o mesmo será realizado até 2026.

34. Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez e estrutura de capital
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas, treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis, bem como suas obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas, os procedimentos de gerenciamento dos riscos do Grupo, bem como periodicamente revisa a adequação da estrutura e realiza o gerenciamento de risco em relação aos mesmos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas, acelerar ou reduzir o volume de abertura de novas lojas ou ainda buscar outros instrumentos de dívida junto ao mercado. O Grupo também pode acessar linhas de crédito de acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado) que proporcionam à entidade prazos de pagamentos estendidos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos e financiamentos	86.481	115.299	44.060	1.346	247.186
2ª, 3ª, 4ª e 5ª Emissão de Debêntures - 1ª e 2ª série	90.575	244.583	40.974	-	376.132
Fornecedores	461.089	-	-	-	461.089
Passivo de arrendamento	67.657	74.132	147.928	39.715	329.432
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	114.644	118.984	46.482	2.212	282.322
2ª, 3ª e 4ª Emissão de Debêntures - 1ª e 2ª série	82.574	288.000	115.385	-	485.959
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	-	-	-	-	-
Fornecedores	325.569	-	-	-	325.569
Passivo de arrendamento	54.354	49.131	96.834	2.850	203.169

Risco de mercado

Risco de mercado deve-se as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar os riscos, em especial o cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de swaps de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	117.190	323.364	127.426	325.195
Aplicações financeiras	44.327	319	44.327	319
Contas a receber de clientes	135.694	164.559	191.110	199.327
Outras contas a receber	217.316	143.427	167.555	143.493
Total	514.527	631.669	530.418	668.334
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	389.556	295.373	461.089	325.569
Empréstimos e financiamentos	244.790	260.620	247.186	282.322

Debênture 2ª e 3ª Emissão	376.132	485.959	376.132	485.959
Outras contas a pagar	36.887	36.076	41.391	36.747
Arrendamentos a pagar	329.432	203.169	329.432	203.169
Total	1.376.797	1.281.197	1.455.230	1.333.766

Ativos e passivos financeiros a valor justo

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	18.287	861	18.287	861

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures referentes a segunda e terceira emissão do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial referente a primeira emissão, segunda série, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
O valor justo dos derivativos é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.	Não aplicável.	Não aplicável.

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento

em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2024 (saldo contábil tendo por base o CDI, de 10,88% acumulado nos doze meses de 2024) e ainda mais dois cenários com apreciação de 10% (Cenário I) e 25% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função de dois cenários de alta da taxa do CDI em 31 de dezembro de 2024:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 10%	Cenário II 25%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	247.186	2.689	6.723
Debêntures	Alta do CDI	376.132	4.092	10.231
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			6.781	16.954

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo possui instrumento financeiro derivativo em moeda estrangeira (vide nota 14) para proteção da exposição cambial dos empréstimos em moeda estrangeira (vide nota 22).

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que esta operação está coberta por swap e a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

35. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. O cálculo da média ponderada reflete a alteração do número de ações ocorridas no período e demonstradas de maneira retrospectiva.

Nenhum ajuste é requerido no prejuízo/lucro diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do período	(39.404)	8.658
Ações ordinárias existentes (média ponderada – mil)	1.024.401	1.024.401
Lucro por ação básico e diluído (em Reais)	(0,038465)	0,008452

36. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou direito de uso de arrendamentos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes à novos contratos reconhecidos no período, no valor de R\$ 195.841 (R\$ 111.391 em 31 de dezembro de 2023), não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional da Companhia.

37. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2025 por meio do “Comunicado ao Mercado” divulgou a aquisição de 100% do capital social da Medme Convênios Ltda. pelo valor total de R\$2.176.

A MedMe é plataforma que oferece soluções corporativas e individuais de saúde e bem-estar, com descontos, campanhas, ferramentas e suporte, no qual contribuirá para aceleração de venda em todos os nossos canais.